



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

CONSULTA PRÉVIA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE INERTES

PROC. SACP N.º APROV_689/2021

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim o **fornecimento contínuo de inertes**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos, extingue-se assim que for atingido um dos seguintes limites:

- o fornecimento integral dos bens constantes do mapa de quantidades constante do artigo 10.º do presente Caderno de Encargos;
- o prazo contratual máximo de **365 dias**, contados da data da celebração do contrato

Os fornecimentos parciais deverão ocorrer no máximo até **3 dias úteis**, após receção da devida requisição externa.

Artigo 3.º

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pelo fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao adjudicatário o montante máximo de **14.145,00€**, a que acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 6.º

Faturação

O adjudicatário deverá emitir uma fatura por cada requisição externa emitida pelo Município de São Pedro do Sul.

Artigo 7.º

Pagamentos

Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados a **60 dias** após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.

Para efeitos do parágrafo anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega do bem objeto do contrato que tenha sido parcialmente requisitado.

Artigo 8.º

Prevalência

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 9.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim o fornecimento contínuo de inertes, em conformidade com as características e especificações indicadas nos artigos seguintes.

Artigo 10.º

Mapa de quantidade

Código	Designação	Unidade	Qtd
1	Fornecimento contínuo de inertes		
1,1	AREIA MÉDIA	tn	100
1,2	AREÃO GROSSO 4/ 8 (bago de arroz) ou equivalente	tn	500
1,3	PÓ DE PEDRA	tn	500
1,4	BRITA 32/ 63 ou equivalente	tn	300
1,5	AREIA MISTURA C/ BRITA 0/12	tn	300
1,6	AREIA MISTURA C/ BRITA 0/20	tn	700
1,7	RACHÃO	tn	100

As quantidades acima mencionadas, apuradas com base no histórico de consumos do Município de São Pedro do Sul, constituem um indicador do que se prevê requisitar no prazo contratual, contudo as mesmas não vinculam o Município à sua integral aquisição.

Artigo 11.º

Entrega

Os bens/produtos requisitados deverão carregados em viatura do Município na central de carga, depósito ou instalações indicadas pelo concorrente na proposta adjudicada. VER ARTIGO 7.º DO CONVITE

Não obstante o critério de avaliação das propostas ser consubstanciado pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, para efeitos de ordenação final, o Júri irá ponderar os custos de transporte em que o Município terá de incorrer, calculados por recurso ao documento “ANEXO

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

B”, tendo por base na informação quilométrica indicada pelo concorrente no documento obrigatório solicitado no artigo 7.º do Convite.

Artigo 12.º

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, faseadamente e consoante os pedidos de entidade adjudicante;
- b) Obrigação de entrega nos prazos definidos no presente caderno de encargos;

Artigo 13.º

Conformidade e operacionalidade dos bens

O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos do caderno de encargos.

Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, sob pena de rejeição.

O fornecedor é responsável perante o Município de São Pedro do Sul, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 13.º

Dever de sigilo

O adjudicatário deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra relativa ao Município de São Pedro do Sul de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 14.º

Penalidades contratuais

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de cada entrega dos bens objeto do contrato poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=V*A/B$, em que:
- P, corresponde ao montante da penalidade;
 - V é igual ao valor do fornecimento em atraso;
 - A é o número de dias em atraso;
 - B é o prazo contratual;

Artigo 15.º

Equivalência

Os equipamentos/bens a fornecer deverão ter todas as características mencionadas sendo que todas as referências a marcas e modelos deverão ser entendidas como meramente exemplificativas e nunca vinculativas à marca e/ou modelo referenciados, o que não implica necessariamente, a aceitação de produtos, equipamentos ou componentes com reconhecida baixa ou fraca qualidade.

Os produtos propostos, preferencialmente deverão ser sempre iguais ou equivalentes ao solicitado, não o sendo possível, deverão ser de qualidade ou gama superior.

Artigo 16.º

Código CPV

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- **14212000-0 Grânulos, cascalho, pós de pedra, seixos rolados, saibro, pedra britada e triturada, misturas de pedra,**

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março e pelo artigo 21.º



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, 6 setembro de 2021

JOSÉ LUÍS
MARQUES
ANTUNES

Digitally signed by
JOSÉ LUÍS MARQUES
ANTUNES
Date: 2021.09.06
16:49:38 +01:00